



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 07/12

Data da Sessão: 20 de dezembro de 2012

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 19.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos -----

2º Secretário: Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

----- Aos 20 dias do mês de dezembro do ano de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -

- 1. – Período de Antes da Ordem do Dia;-----**
- 2.– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro; -----**
- 3.– Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal a celebração dos Protocolos de Colaboração e Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e as Juntas de Freguesia do Concelho para 2013; -----**
- 4.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Revogação da deliberação da reunião de Câmara de 18 de julho de 2011 - Reafecção do Lote 1 do PNMMV; -----**
- 5.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho - Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; -----**
- 6.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2013; -----**
- 7.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013;**
- 8.– Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, a contracção de Empréstimo(s) de Curto Prazo; -----**
- 9.– Apreciar o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro; --- -----**
- 10.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho - Candidatura ao Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado (RAAFE), na modalidade de acordo tripartido quadrienal - Direção Geral das Artes; -----**
- 11.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento de Bolsas de Estudo. -----**

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Mesa: Lídio dos Santos Cristo, Vitor Manuel Monteiro Travassos e Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo.

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Ricardo Manuel Pato Sousa Brites, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, David António Coutinho da Costa e Sousa, Maria Clara dos Santos Carvalho de Oliveira. António Manuel da Silva Pagaimo, Fernando Vitor Ladeira Pereira e José Mendes Simões Monteiro, em substituição, respetivamente, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, de Marco Bruno Cardoso Freitas Góis e de José Carlos Malheiro Leite. -----

Presidentes de Junta: Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

Executivo: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Pedro Manuel Monteiro Machado, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Elisabete Maria Neto Pereira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama. -----

-----Ausências justificadas e com substituições, anteriormente, referidas – Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, Marco Bruno Cardoso Freitas Góis e José Carlos Malheiro Leite. -----

-----**Ponto 1 - Período de Antes da Ordem do Dia** – o PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 16 horas e 30 minutos, saudou os presentes, formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses do concelho.-----

-----Seguidamente, o PMAM propôs a inclusão de um novo ponto, ao abrigo do número 7º do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal - **Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2013** – que, após, algumas considerações foi colocada à votação, e aprovada por unanimidade, sendo considerada como ponto 12 da OT. -----

-----Seguidamente, o SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente enviado, tendo salientado: ofício da CMMV solicitando a introdução de novo ponto, que deu entrada na AM no dia 17 de Dezembro; recebimento de vários postais de Boas Festas, remetidas por diversas instituições, designadamente das Juntas de Freguesia; pedido de informação remetido pelo PMAM da Maia, relativamente ao funcionamento administrativo da AM de Montemor-o-Velho; pedidos de justificação de falta dos membros Nuno Gonçalves e Marco Gois; memorando do PCP sobre a Reforma Administrativa; documento distribuído aos líderes de grupo sobre a inspeção ordinária da IGF ao Município de Montemor-o-Velho – relatório principal; ofício da CM a enviar as atas de 3 e 10 de Dezembro; pedido de substituição dos membros Cláudio Rafael Dias e de Marisa Lúcia Tomás. -----

-----Foram, então, colocadas à discussão as atas nºs 5 e 6, de 28 de setembro e de 03 de outubro de 2012, respetivamente, e que foram aprovadas por maioria, com abstenções por não participação nas reuniões a que se referiam. -----

-----Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos ou outros, que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

----- **Moção** subscrita pelo membro Altino Lopes (CMS), "**Aniversário do Núcleo Sportinguista de Pereira**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo PJJ de Arazede, Eusébio Campos (CMS), "**Requalificação do Meco**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02. -----

----- **Moção** subscrita pelo membro Altino Lopes (CMS), "**Aniversário de Reelevação de Pereira a Vila**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos (CMS), "**Congratulações Diversas**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo membro Altino Lopes (CMS), "**Aniversário da Velha Guarda do CAP**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo membro Edméa Silva (CMS), "**Obras de Requalificação na freguesia de Meãs do Campo**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06. -----

----- O membro da AM David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: "Em nome do PS desejo um Bom Natal e Feliz Ano Novo a todos os presentes. Pretendo interrogar o executivo municipal, sobre o que se passa com a água em Tentúgal, considerando que foi inaugurada em abril uma Estação de Tratamento de Águas, que não resolve a situação, porque as pessoas continuam a queixar-se. A água continua a ser férrea, e portanto, urge que o executivo municipal, explique a esta AM o que é que se passa." -----

----- Na última reunião da AM, da qual não participei por me encontrar ausente do continente, foi dada resposta, pelo PCM, a algumas das questões que eu havia colocado, no período antes da Ordem do Dia, nomeadamente, sobre as obras em curso, que decorrem na Vila de Montemor-o-Velho, onde se localizava a Feira Anual e o CAR, tendo questionado para quando a conclusão das obras, o motivo pelo qual não estão a ser cumpridos os prazos, e no caso do Ascensor Mecânico, que segundo informações o prazo deveria terminar em setembro." -----

----- O membro da AM Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: "Pretendia apresentar um Requerimento, mas como os que tenho feito, não têm tido respostas, vou colocar algumas questões que deverão ser tidas em consideração pelo executivo municipal, para que se faça um pouco de força para ultrapassar os problemas." -----

----- A primeira prende-se com o estado de conservação da estrada do campo que está cheia de buracos, junto à Ponte de Formoselha, e que nunca mais foi encontrada solução para aquela situação. Nesta sequência a outra estrada que está a ser usada, está também a ficar bastante danificada, o tempo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

não ajuda, mas qualquer dia nem essa estrada está em condições de ser transitada, porque está a ficar bastante desnivelada, e com alguns problemas, para que o trânsito possa circular com segurança. De referir que esta situação já aqui foi abordada, pelo então Líder de Grupo, Major Pinto Correia.-----

-----A segunda situação prende-se com as estradas na Vila de Pereira, sem exceção, que estão num estado lastimoso. -----

-----Outra situação, já colocada em anteriormente, é relativa aos contentores do lixo, porque a retirado ERSUC, nunca os limpa e vão-se acumulando camadas de “porcaria”, que quando se abre uma tampa o cheiro é agonizante, pelo que deviam ser tomadas medidas para que fossem, lavados e desinfetados, porque esta situação é má para a saúde das pessoas e é um cheiro que não se pode suportar. -----

-----Para além disso, também já referi, para que sejam tomadas medidas, no que respeita às tampas de saneamento da Urbanização de Pereira que estão todas soltas e fazem imenso barulho quando lhe passam por cima”. -----

-----Por último, chamo a atenção, sabendo que não será uma questão do executivo municipal, mas do INAG, para o estado em que se encontra, a vala de Pereira, junto à feira, que está a ficar completamente coberta de lixo, suja, com ervas, devendo ser tomadas medidas no sentido de a limpar.” -----

-----O membro da AM Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “Cumprir-me dar uma informação a esta AM, relativamente à Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), nomeadamente, no que se refere à Assembleia Intermunicipal, que foi no passado dia 12 de dezembro. De forma geral, todos os pontos que foram presentes, foram aprovados, nomeadamente a quotização dos municípios, o mapa de pessoal, o plano e orçamento, a revisão orçamental e todas as informações pertinentes relativamente a esta matéria. Foram prestados os devidos esclarecimentos, e há uma informação que gostaria de partilhar e que diz respeito à possibilidade desta Comunidade ser agregada com outras, no sentido da Região Centro ter um peso significativo na questão da apresentação dos projetos e da aprovação dos mesmos.” -----

-----O membro Fernando Ladeira (PS) pediu a palavra e disse: “Começava por reiterar as preocupações da anterior AM que teve lugar no passado dia 28 de setembro, já tinha sido referenciado pelo Vereador do PS, uma situação com que se deparam diariamente os habitantes de Santo Varão, nomeadamente, os residentes nos blocos e nas suas traseiras (blocos 7, 8, 9 e 10), até porque já lá caiu uma pessoa. Não me irei alongar muito neste ponto, porque já falei sobre o mesmo só que não obtive ainda nenhum esclarecimento sobre esta matéria.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

----- 2. – **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro** – não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se, de imediato, ao ponto seguinte. -----

----- 3.– **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal a celebração dos Protocolos de Colaboração e Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e as Juntas de Freguesia do Concelho para 2013** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, pretendo deixar duas ou três notas breves. A primeira, é que o Grupo do PS, nunca poderá estar contra os protocolos celebrados entre as JF e a CMMV, por vários motivos e porque são acordados com os PJF. Por outro lado, não nos podemos esquecer, que os primeiros até foram celebrados, ainda com o executivo do PS, quando a lei o passou a permitir. No entanto, desta vez, e ao contrário do que é costume, a nossa votação é no sentido da abstenção. Não votámos contra, aliás os PFJ até votaram a favor, o que foi acordado com eles, mas não percebemos, como é que havendo tanta dificuldade, ao longo de cada ano, em cumprir e pagar as tranches que são acordadas, há um aumento de quase 90% de transferência nas verbas transferidas. Não põe em causa de maneira nenhuma, os trabalhos dos PJF, que são de dignificar, e de louvar e acho que são mesmos imprescindíveis ao concelho. -----

----- Mas em tempos de crise, é preciso hierarquizar custos, que são cada vez mais escassos, o dinheiro cada vez é menos e quando olhamos, em termos políticos e em termos éticos, ficam-nos algumas dúvidas, como é que há de repente este empolamento nas transferências, e até para algumas obras que não conseguimos perceber muito bem, até pode embelezar muito, pode ser muito dignificante do ponto de vista cultural, mas não nos parece bem fazer réplicas de um raposo ou de um moinho de vento, nesta altura de crise, em que as pessoas não têm o essencial para comer. De facto, esta situação preocupa-nos e daí o nosso sentido de abstenção.” -----

----- O PJF de Montemor, António Pardal (CMS) pediu a palavra e disse: “Devo esclarecer que essa situação da réplica do raposo e de moinho de vento, é da freguesia de Montemor-o-Velho e lamento que não tenham reparado, que a JF de Montemor, ao longo destes onze anos tem feito algo semelhante. Por exemplo, relativamente aos moinhos de vento, sabe-se que na localidade da Torre, existiam inúmeros, e é desta forma que não podemos esquecer o nosso passado. É nesse sentido que a JF está a fazer o roteiro dos locais com passado, para que as pessoas possam visitar Montemor e neste sentido faltava a Torre e o Casal Raposo. No ano passado, também constou do Protocolo a colocação, de uma orada, no Moinho da Mata. São estas coisas que a JF vai fazendo pela população e não percebo porque se vão abster!” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

-----O PJF de Gatões, António Sérvolo (CMS) disse: “Gostaria de fazer um pequeno reparo: no tempo do PS, estes protocolos aconteceram apenas, com alguns PJF. Outras questões – admirarem-se destes montantes em tempo de crise, a mim não me espanta nada, assim como nunca me espantou que durante 11 anos consecutivos, quem recebeu as verbas por protocolo de igual forma, feita pela CM, também nunca teve a coragem de o reconhecer neste fórum. Portanto, a mim nada me espanta essas admirações.” -----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Só espero que nunca façam nenhuma homenagem às cabeças de vento, porque também tinham muito por onde começar. Obviamente que não vou votar contra, nem me vou abster, até porque sempre nos debatemos para que estas verbas, e os protocolos que a CM celebra com as catorze JF, sejam todos os anos valorizados e até mesmo aumentadas. Só não consigo perceber, uma pequena questão, relacionada com a JF da Carapinheira, que é aquela a que estou ligado, que tem um valor muito baixo. Não sei se estará tudo bem, mas reconheço que, finalmente, ao longo destes anos todos, parece que vai ser agora que o Largo de S. Pedro vai ter as suas obras. Não sei, mas se calhar no tempo do PS, se estes valores também não foram para lá, como é que ao longo deste tempo, e ao longo destes anos, a JF da Carapinheira, das 14 freguesias, tem um valor de apenas 19.000,00€. Congratulo-me pelas outras freguesias que conseguem mais valores, fico um pouco mais apreensivo por perceber que o valor da Carapinheira, fica abaixo, daquilo que penso que merecia.” -----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Julgo que não perceberam ou não quiseram perceber o sentido da minha intervenção. Eu disse que era preciso hierarquizar obras, dei um exemplo, simplesmente porque estamos num tempo de crise, como possivelmente há muitos, muitos anos a nossa sociedade não vivia e as pessoas não passavam por estas dificuldades. Inclusive, sei que há obras feitas e que as JF, com este dinheiro, também as vão ter de pagar e, portanto, aquilo que falei foi mesmo só um mero exemplo, sem estar contra nada que tenha a ver com a cultura. Tal como disse, em tempo de crise é preciso hierarquizar. Se tiver em minha casa uma reparação de um cano e tiver de a pintar, se não tiver dinheiro para as duas coisas, primeiro tenho de reparar o cano. Este é mais um exemplo e espero que agora tenham entendido.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Neste ponto pretendo fazer uma intervenção, ainda mais quando estamos exatamente no último ano de mandato e, portanto, no último protocolo de transferências que vai ser celebrado pelo executivo presidido pelo Dr. Luís Leal, que por impedimento da Lei, não se pode recandidatar. Relativamente a estes protocolos celebrados com as JF do concelho, estamos no culminar de um ciclo, iniciado em 2002, com este princípio da descentralização e com um critério de igualdade entre todos, permitiu que fossem aumentados significativamente os meios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

da JF, para levar a cabo as políticas de proximidade, que muitas das vezes passaram pela manutenção de caminhos, de limpeza de valetas, de intervenções de requalificação do património, do apoio ao associativismo, do apoio à educação e, ainda bem, que o PJF de Montemor-o-Velho fez menção disso, de que foram potenciadores da valorização do património e das raízes culturais das nossas freguesias. -----

----- Neste sentido, julgo importante que isto seja assinalado nesta AM, neste que é o culminar e o fecho de um ciclo político. Julgo que isto devia ser ressaltado, marcada e vincada, claramente a diferença, porque podemos assinalar que houve um antes e um depois e que, para o futuro, no próximo ciclo que se irá iniciar com as eleições de outubro próximo, essa seja uma herança a ficar, no princípio da descentralização da política e dos bons resultados e seja, claramente, um instrumento de trabalho e de cooperação entre o município e as freguesias a instituir e a manter. -----

----- Assim, claramente, fica a nossa congratulação com tudo o que foi feito e sempre sem haver qualquer cedências nem por períodos pré-eleitorais, em que houve “desvios”, relativamente àquilo que foram os critérios de igualdade definidos para todos, que isto fosse um exemplo para manter no futuro. Digo, claramente, para os que acham que no passado havia algo semelhante, que é pura ficção.” ---

----- O PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS) pediu a palavra e disse: “Em relação à questão dos Protocolos de Colaboração e Delegação de Competências da CMMV nas JF, tenho uma intervenção escrita, subscrita pelos catorze PJF do nosso concelho, que terei o maior prazer em ler”. -----

----- Esta intervenção dá-se como integralmente transcrita através do documento anexo à presente ata sob o número sete.-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto, antes de mais gostava de deixar uma palavra sentida, recíproca e de retorno a estes catorze PJF que, na realidade partilharam, neste último mandato, todo um conjunto de trabalhos e de iniciativas louváveis. Alargo a todos os outros que, por várias vicissitudes, não acompanharam estes três mandatos e nalguns casos, já que em, pelo menos, duas freguesias, tive o ensejo de ter conhecido três PJF. -----

----- Como uma resposta direta à líder de Grupo de PS, digo-lhe que não confunda “alhos com bugalhos”. Uma coisa é ter protocolos formalizados, fiscalizados e inspecionados, com 2 acordos pessoais, supra partidários, mas que acabaram por tender a isolar 2 freguesias do resto do concelho, praticados em 2001, para poder ter candidatos às eleições que, felizmente, foram ganhas por mim. Em nome da humildade e da postura que os seus PJF têm e do seu quotidiano eles não podem corresponder à postura leviana, pouco pensada, na expressão que utilizou.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

-----O PJF que foi aqui apontado por ir colocar esta ou aquela menção, do ponto de vista físico, conotada com a terra que lhe diz direito e que lhe parece que desvia verbas, é aquele que, ontem, cozinhou para 20 pessoas sem capacidade financeira. Este PJF deu-lhes de comer, tem uma Loja Social para pessoas com necessidades e o seu exemplo podia-o dar ao PJF de Liceia, ou a qualquer outro. Recomendo-lhe que desça à terra que venha conhecer o que eles fazem. Não vá atrás de ideias alheias, porque no fim, o resultado é sempre o mesmo. E este é um sentimento deste PJF de ontem partilhar com 17 ou 18 pessoas, que nem têm dinheiro para comer.-----

-----Outros exemplos são os cabazes sociais, os auxílios económicos entre outras coisas, que todos estes PJF fazem e as verbas que lhe são destinadas têm critérios. E estes critérios sugerem, nalguns casos, que os valores possam ser disformes e têm a ver com princípios de cumprimento de promessa política, independentemente da cor partidária do PJF e da certeza, de que estas verbas nas suas mãos, se reproduzem 3 ou 4 vezes melhor do que no próprio executivo municipal, seja ele na sua unanimidade, ou na sua maioria.-----

-----Vou passar ao ensinamento: as verbas estão estipuladas para os primeiros 9 meses do próximo ano, nas transferências equitativas dos Fundos Financeiros das Freguesias (FFF), transferidos pelo Estado, calculados com uma equitativa verba de 40%, pois a partir daí e até com tendências de reajustamentos, o figurino do município de Montemor-o-Velho será diferente, quer em território, quer em freguesias.-----

-----A estas verbas que são igualitárias na sua percentagem, foram acrescidas verbas decorrentes do Plano de Atividades de 2012, de protocolos que tenho a certeza que se lhes passar o dinheiro, eles fazem obra. E se eu tiver verbas aqui incluídas, seja por motivos da Lei dos Compromissos, seja por motivos até de hierarquização de prioridades, essas obras poderão ser perigadas. É dentro desse âmbito que a freguesia de Abrunheira, recebe 7 mil euros, acrescidos depois da verba que transita no PAEL, para ser paga, e que diz respeito a 2011. Neste momento, todas as freguesias apenas têm em dívida uma prestação e algumas delas vão ficar mesmo sem essa prestação, a transitar para o próximo ano.-----

-----Em determinadas alturas, houve partilha de recursos humanos entre a freguesia A e a CM, para terem Contratos de Emprego e Inserção - CEI (antigos POC). É por isso que refiro ao Membro da CDU que em relação à JF de Carapinheira, esta recebe exclusivamente os 40%. Em relação à JF de Liceia, existia um protocolo formalizado mas, em determinada altura, este deixou de se poder concretizar, por motivos que são completamente alheios, dado que a empresa envolvida entrou em insolvência, tendo-se passado o montante devido para a JF. Estou a focar o Grupo do PS porque no Grupo da CMS, este caso só se repercute na freguesia do Seixo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

----- O léxico político do facilitismo não existe, mas sim compromissos que vão ser honrosamente cumpridos, até ao final do mandato. E, em meados de outubro do próximo ano farei com os PJF uma leitura transversal e pessoal de tudo o que se fez. Apenas me exigem, para além da humildade, o cumprimento do que lhes disse. O resto, tenho pena que baralhem e que não saibam o que dizem.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 33 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 26 votos a favor (CMS, CDU e PJF do PS) e 7 abstenções (PS).-----

----- **4. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Revogação da deliberação da reunião de Câmara de 18 de julho de 2011 - Reafecção do Lote 1 do PNMMV** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Estou convencida e julgo que posso falar em nome do Grupo do PS, que toda a situação económica que está a afetar o País, vai fazer com que algumas das coisas que estavam programadas para o Parque de Negócios de Montemor, tenham de ser alteradas. Logicamente têm de ter em atenção a realidade atual, não a que tínhamos e todas estas adequações, todas estas reafecções são necessárias, se não seria pior ainda para o concelho e daí que o sentido de voto do Grupo do PS seja o de aprovação.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto e à questão do Parque de Negócios, pela forma como a questão é colocada e sendo até uma entidade promotora, no fundo, do resultado desta reafecção, uma entidade como o ITeCons, percebe-se claramente que esta pode ser uma hipótese bem fundamentada e com sustentabilidade e consistência, para trazer uma nova vitalidade ao Parque de Negócios que, infelizmente e devido à gravosa conjuntura económica que vivemos, já teve duas situações algo infelizes e não desejada, pelo que viabilizaremos esta situação.” -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto, para nós é sempre muito delicado, pelas experiências anteriormente verificadas no Parque de Negócios de Montemor estar a fazer “futurologia”, mas queremos acreditar que é desta. Por outro lado, aquilo que aconteceu até agora, quer com a AGNI, quer com a Cofanor, em que vinham cheios de boas vontades e de todo o conhecimento científico, apresentado como rigoroso, com todos os estudos académico e chegámos ao ponto que chegámos. Por isso, e neste caso, como esta situação já anda aqui “vai, não vai”, “afeta, reafeta”, da parte do Grupo da CDU, o voto é favorável, mas alertam e acreditam que tem que ser desta, porque é azar a mais. O Parque de Negócios de Montemor tem que arrancar, começar a funcionar e a desempenhar as verdadeiras funções para que foi criado.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Pretendo dar duas informações e fazer duas correções. A primeira correção é de que, o que está a ser pedido à AM em termos de deliberação, é a revogação da deliberação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

que atribuía que aquele lote ficaria afeto ao Mor-Energy. Numa próxima reunião a AM tomará conhecimento, uma vez que a decisão compete apenas ao órgão executivo, da reafecção daquele lote. ---

-----Dentro desta correção aporta uma outra informação, que preencherá alguma correção de leitura: o projeto em causa vai ser assumido e partilhado com o município de Montemor-o-Velho, mas será da total responsabilidade de uma terceira entidade. Serão formalizados acordos de venda e de compra de terrenos, no caso concreto, o lote que está em causa, subjacente a um projeto de curto e de médio prazo, que poderá aloucar em Montemor-o-Velho, um centro tecnológico dedicado às áreas energéticas, que já decorria do Mor-Energy, mas com outros parceiros e com capitais próprios, que irão suprir as dificuldades que o próprio município teria nesta matéria, para poder ser parceiro.-----

-----Este projeto será transversal nos dois quadros comunitários que se perspetivam, ou seja, no Quadro atual, na linha de encerramento do QREN atual e na perspetiva do Quadro seguinte, que poderá vir a ser trabalhado no período de 2014 a 2020. -----

-----Tive oportunidade de trazer ao executivo municipal, pessoas responsáveis, que poderão encabeçar a liderança deste projeto, para sensibilizar e dado que estamos a falar num projeto de 2 a 4 anos, aqueles que, no futuro, possam ter a responsabilidade municipal, de poder acolher e incentivar esta obra.-----

-----Em resposta ao representante do Grupo da CDU, digo que em relação à Cofanor, a situação que decorreu é uma situação perfeitamente agiota e disse-o pessoalmente aos representantes que aqui vieram, não por mote próprio, mas por exigência do PCM, dado que toda a situação está enlevada de aspetos extremamente delicados, do ponto de vista da Administração daquela empresa, no que diz respeito às próprias dívidas que têm, para com aquela entidade. Disse-o e repito: quando membros familiares da administração, são os principais devedores da empresa, verifica-se, claramente, qual é o sentido objetivo daquilo que era a gestão daquele projeto.-----

-----Neste momento há soluções alternativas para o espaço, quer do ponto de vista da iniciativa dos administradores gerentes daquela entidade, quer de propostas que o próprio município de Montemor-o-Velho, já colocou à administração.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 33 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**5.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho - Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**

- o membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a esta questão, considero que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

meramente decorrente da organização dos serviços, da organização funcional do município. Parece-nos equilibrada e enquadrada com aquilo que já é a realidade do dia a dia e por isso nada têm a obstar.” -----

----- O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “A posição do Grupo do PS, neste ponto, é a de que sempre entenderam, ao longo destes anos, que esta matéria é uma competência da maioria, do executivo, que é quem deve gerir, prever e organizar o mapa de pessoal. Esta tem sido a postura, quer dos vereadores do PS, quer dos elementos da AM e, precisamente por isso, e em coerência com o que têm feito em anos anteriores, vamo-nos abster neste ponto.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Com esta estrutura orgânica e com a reafecção que verificarão no ponto seguinte, a CM está a cumprir com “exagero” os pressupostos de redução que seriam dados e acordados, quer com a legislação em vigor, decorrente do OE, quer com a aplicabilidade de alguns pressupostos que a própria Direção Geral de Administração Local e outros diplomas em vigor, nos poderiam cometer.” -----

----- Em primeiro lugar, há uma redução significativa de dirigentes, tendo acabado o patamar de primeiro nível, onde se inscreviam anteriormente três Diretores de Departamento, que hoje dão lugar a cinco chefias de divisão. De acordo com a legislação que está em curso e que irá ainda ser mais legitimadora desta matéria, são pressupostos, no máximo, três chefes de divisão, até aos dez mil habitantes municipais, acrescidos de mais um por cada fração de dez mil que o território possua. -----

----- Em segundo lugar, temos um conjunto de chefias de terceiro grau (chefias de unidade), que na maioria dos casos, decorreu de uma preocupação de que essas pessoas fossem já veiculadas e com categorias profissionais, que levassem a que o desempenho dessas mesmas funções, tivessem um acréscimo, no máximo, de 100 € brutos, o que na remuneração mensal se traduz em 60 € a mais. Com esta reestruturação, terá lugar apenas uma chefia de unidade, mas que já não se efetivará neste mandato.” -----

----- Estes chefes de divisão têm circuitos de exercício de funções de acordo com os contratos assinados diferenciados e vamos procurar manter uma estrutura equilibrada e uma organicamente funcional. -----

----- A chefia de unidade que vai ficar é exclusivamente aquela que não tem hoje, por opção clara da maioria, uma chefia de segundo grau. Todas as outras que já têm chefias de segundo grau, não é pressuposto manter as chefias de terceiro grau. -----

----- Por outro lado, os níveis de competência e de áreas que lhe estão subjacentes, deverão ser, num futuro próximo reformuladas. Isto é, se voltasse a ser PCM iria apresentar muito possivelmente, dentro de um ano ou ano e meio, uma refundação destas chefias, reduzindo uma delas e integrando-a numa outra. Concretamente, hoje, e sobretudo para quem se recorde, porque a memória faz falta a muita gente, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

quando foram apresentados há dois anos, no contexto do PAA, valores significativos somados e muitas vezes questionados das áreas de projeto, houve uma área que ao longo destes anos trabalhou fundamentalmente a este nível, reduzindo custos importantíssimos ao município. Projetos muito fortes, sejam eles de requalificação urbana, do CAR ou ainda em outras áreas, tendo sido feitos na Câmara Municipal, pouparam-nos milhares, para não dizer milhões de euros. -----

-----Esse ciclo, muito possivelmente está a ser encerrado, quer por via daquilo que foi a sua contextura pragmática e efetiva, quer por uma solução alternativa de médio prazo, onde muitas destas grandes obras, irão dar lugar a outra sistematização, possivelmente mais elementar, mais frágil e de menor dimensão. -----

-----Por isso, em relação à estrutura orgânica dos serviços, esta está feita garantidamente, para aquilo que daqui a pouco mais de uma semana, será o encerramento económico do ano de 2012 e onde desde já posso dizer e garantir que, para além daquilo que foi a “ajuda”, que considero nefasta, é negativa e nem sequer a elogio, nós temos uma utilização da rubrica da despesa com pessoal, que deverá andar nos 3,9 milhões de euros. Ou seja, a Câmara vai ter um pagamento de despesas com esta área muito igual àquela que teve em 2004, 2005 e 2006. Para isto, contribuíram todas as dificuldades criadas pelo não pagamento dos subsídios de férias e de natal, sobretudo àqueles que auferiam vencimentos superiores a 600 euros e que trouxe a Câmara para este montante. -----

-----De acordo com o que se sabe e com o que se prevê para o próximo ano e também de acordo com o que a legislação enquadrável, dentro do OE de 2013, já sabemos que uma delas vai ser subdividida em 12 prestações e a outra será ainda alvo de um tratamento especial. -----

-----Nesta matéria, aproveito para falar já no ponto seguinte, referindo que a autarquia tem, neste momento 226 trabalhadores, dos quais 18 são contratados a termo e o resto são contratos por tempo indeterminado. Destes 18 trabalhadores, 17 cessarão os seus vínculos contratuais ao longo do segundo semestre de 2013 e de acordo com aquilo que é uma proposta de leitura e de proposta já avançada com documentos que já foram retratados, quer em termos do PAEL, quer em termos de um eventual reequilíbrio financeiro, por cada duas saídas, a CM poderá propor um ingresso. Dos 18 contratos a termo, quatro deles são excecionais, porque dizem respeito aos Sapadores Florestais e um outro que diz respeito ao Médico Veterinário Municipal. Assim, tirando estes cinco casos excecionais que vão ser tratados à parte, ficam com 12 e existem mais 5 pessoas que até hoje manifestaram vontade de passagem à aposentação durante o próximo ano. -----

-----Quando muito, destes 17 casos, poderão vir a propor a integração de alguns, desde que salvguarde as pessoas que têm vindo a desempenhar esses cargos na CM. Caso contrário não o farei. Há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

princípios rigorosos, de legitimidade, de afetividade e de compromisso entre uma empresa, entre uma autarquia e determinadas pessoas. E se isso for plausível, tentarei manter 8 trabalhadores, dos 17 ou 18 que terão que sair. Na área da logística, na área do planeamento urbanístico e na área das obras. -----

----- Ficaremos no máximo com 210 ou 212 trabalhadores, com uma apetência quer técnica, quer profissional, quer de nível médio/superior, que não tinha quando cheguei a esta casa e nessa altura existiam 198 trabalhadores. Passados dez/doze anos, existem áreas que não têm o mesmo peso, terão que ser reafectos, numa lógica de uma nova oferta de dinâmica municipal, seja na área social, seja na área da logística, seja na área tecnológica, ou até na área da prestação do Balcão Permanente Único, perante a cidadania e essa matéria fica, toda ela, plausível de se poder vir a trabalhar.-----

----- Chamo a atenção para um fator que considero muito importante: temos um nível de “juventude” médio do nosso pessoal, significativo, sobretudo em determinadas áreas. Não o temos, por exemplo, em áreas de logística. E aí sim, haverá que ter uma perspetiva clara, sobre aquilo que é influenciável, por via dos protocolos e a delegação de competências que temos com as JF, se a área de logística, a área de transferências de competências em nível de matéria, por exemplo de serviço e equipamentos, não terá que ser totalmente repensada e o *outsourcing* desta matéria não poderá vir a ser uma equação fundamental para a revitalização da ligação e da funcionalidade dos aspetos que dizem respeito às competências que as autarquias têm e aquelas que ainda lhe vão ser destinadas, nomeadamente em área, que muito recentemente vi e que me chamou muito a atenção, sobretudo da particularidade, no que diz respeito à educação.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (CMS) e 14 abstenções (PS e CDU). -----

----- **6.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2013** - não havendo intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, 20 votos a favor (CMS) e 14 abstenções (PS e CDU). -----

----- **7.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Começo por fazer uma confissão, que para alguns, nomeadamente para o PCM, já não é nova. Possivelmente esta é a matéria em que me sinto menos à vontade para falar de todas aquelas que tem de falar politicamente, em qualquer altura. Tecnicamente não me costumo imiscuir numa coisa que logo a seguir sei que seria completamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

derrotada, desfeita, mas aprendi nesta casa, com aquilo que poderei chamar “os senadores políticos” de vários grupos, quer do PS, quer do PSD, quer do PCP. Noutras alturas aprendi que o orçamento é sem dúvida o grande documento político e o grande momento político da AM ou do executivo. -----

-----Havia quem dissesse, que nem valia a pena ler o documento, para saber que se vou aprovar ou se vou reprová-lo, se vou votar contra ou a favor, porque de fato as opções são políticas. O documento que nos aparece, tem um plano estratégico para o concelho, que é o da maioria que, nesta altura, governa o concelho, com toda a legitimidade, resultante da votação. Não tem o planeamento estratégico, de maneira nenhuma, nada que tenha a ver ou que seriam as opções do PS, que nunca seriam essas. -----

-----Só por aí, seria motivo suficiente para votarmos contra. No entanto, olhando um pouco, não tanto para os números, mas mais para os documentos que explicam as GOP's, e olhando para isto, fico com a sensação de que isto parece o OE – tem sempre uma receita que fica muito empolada, mas depois não sabemos nunca da maneira que está, começa a haver derrapagens e é preciso começar a mudar e a mexer, porque a previsão de receita, tenho a sensação que vai ser como a do Governo: quando se for a ver é sempre menor e isso depois resulta nos tais encargos. Do ponto de vista contabilístico, acho que já aprendi que as coisas têm que ficar equilibradas. Agora do ponto de vista prático, é que me parece que estamos perante uma certa “utopia”. -----

-----Já se nota, na nossa perspetiva, um pouco daquilo que se aproxima, que é o novo ato eleitoral, o que é normal, pois estamos a fazer política e, para não variar, como tem sido ao longo destes anos, o sentido de voto do Grupo do PS, com exceção dos PJF, que têm liberdade de voto, será o de votar contra.”-

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente às Grandes Opções e Orçamento para 2013, e pegando um pouco naquilo que foi a minha intervenção em relação aos protocolos com as JF, efetivamente este orçamento é também aquilo que podemos assinalar como o encerramento de um ciclo político. Ainda bem que a líder de Grupo do PS fez a ressalva de que da parte de contabilidade não se sente minimamente à vontade e não percebe, porque logicamente algumas das considerações que fez, não têm qualquer fundamento. -----

-----Relativamente à questão que falava de que o orçamento seria utópico, para quem efetivamente tem algumas noções básicas de leitura de um documento destes, facilmente percebe que este ajustamento, que até estamos a ter do ano anterior, para este ano, não é mais do que quase o ajustar à realidade daquilo que será o orçamento depois validado através da Conta de Gestão do município. -----

-----Basta ver que o que levava a que houvesse um empolamento tão elevado nos últimos orçamentos, era a questão da venda de bens e de investimento, que se repararem, claramente que a redução dos cerca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

de cinco milhões, trezentos e oitenta mil euros previstos em 2012, para os seiscentos e dezasseis mil e quinhentos euros, facilmente enquadráveis, por exemplo, nas vendas de lotes dos Parques de Negócios de Montemor e de Arazede, dão aqui um ajustamento muito mais à realidade efetiva do que é o concelho. ----

----- Mas voltando àquela tônica de que é o último orçamento de um ciclo político que se iniciou em 2002 e que irá terminar em 2013, uma coisa ressalta à vista: é que ao longo destes 12 anos, o investimento feito por este município cifrará na casa dos cerca de noventa milhões de euros de investimento. -----

----- Este orçamento consubstancia, claramente, a que o fecho de algumas obras, ainda significativas na parte da infraestruturação e das condições básicas do concelho, nomeadamente, na parte do saneamento, uma parte importante da recuperação das vias de circulação do município e a questão dos arranjos urbanísticos. Isto tudo, numa conjetura económica e financeira bastante adversa, sem nunca deixar que isso pudesse por em causa aquilo que sempre foram princípios de base assumidas por este executivo e por esta maioria, de investir na parte da educação, da cultura, do desporto, o apoio ao associativismo e aquilo que também foi um ponto bastante importante e do qual me congratulo, da declaração que foi assinada por todos os PJF, em uníssono, em relação às transferências de competências para as JF do nosso concelho, que efetivamente, permitiram que o mesmo dinheiro pudesse valer mais, indo de encontro àquilo que são as necessidades das populações, através da política de proximidade daqueles que, no fundo, são os primeiros intervenientes e os mais diretos da nossa política que são os PJF. -----

----- Claramente e também para quem gosta tanto de frequentemente vir falar na questão do endividamento do município, se verificar os números, que estavam na informação escrita, ou até à previsão, em termos dos encargos com a dívida, previstos para o próximo ano, facilmente se constata que efetivamente há um ciclo de investimento, houve um ciclo necessário de recorrer à banca e aos créditos para financiar esses investimentos, mas que, efetivamente, ao longo do ano de 2012, já foi bem patente de que a amortização também já é significativa e naquilo que era o valor de dívida global que numa das últimas AM vieram como um “chavão”, apontar onde estavam os 35 milhões de euros, claramente também se vê, ao longo dos últimos meses o decréscimo que se tem verificado e as soluções e o enquadramento que isto tem numa estratégia concertada de que, efetivamente, no futuro, a CMMV terá capacidade de continuar a ter uma política de investimento e capacidade financeira para fazer face àquilo que é a manutenção de todas as infraestruturas têm vindo a investir ao longo destes últimos anos. -----

----- Logicamente, da parte do Grupo da CMS, o voto será político, na defesa de uma estratégia que foi sem margem para dúvidas, sufragada pela população do nosso concelho em 2001, 2005 e 2009 e que traduz aquele que foi o compromisso político de uma maioria, que ao longo de 12 anos soube, apesar das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

dificuldades e as contrariedades que nos últimos anos o ciclo político, económico e financeiro não ajudou em nada e mesmo assim, o município conseguiu ir levando a água ao moinho, com muita determinação.” --

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Há um conjunto de informações e de dados que, pegando na inocência das palavras da líder do Grupo do PS, gostaria de responder de uma forma educada, cívica e, ao mesmo tempo pedagógica. Não irei ofender com aquilo que vou dizer, mas vou tentar ensinar. -----

-----Muitas vezes e ao longo destes meus mandatos, isso foi sempre observado, existe um documento que vocês, por determinado tipo de ensejo, de objetivo ou até de pressuposto, nunca questionam, nunca comentam, nem nunca dizem nada - refiro-me à informação escrita do PC. Esta tem dois pontos fundamentais: dar aquilo que nunca existiu nesta casa, ou seja, um relatório exaustivo do ponto de vista do seu conteúdo e da sua descrição, e depois, uma análise sintetizadora daquilo que é a realidade municipal, em termos financeiros. Se alguém teve a atenção de olhar para o documento datado de 10 de dezembro de 2012, quanto à informação sobre a situação financeira do município, se por acaso, têm feito o trabalho de casa e comparassem com o mesmo documento de dezasseis de dezembro de 2011, verificavam que, nessa altura, tínhamos um passivo de curto prazo de 10,7 milhões de euros, um passivo de médio e longo prazo de 25,2 milhões de euros, o que dava um total de 35,9 milhões de euros de passivo.-----

-----Na atual circunstância e reporto-me ao dia 12 de dezembro, porque hoje o valor é menor, temos um passivo de curto prazo de 6,9 milhões de euros, um passivo de médio e longo prazo de 23,8 milhões de euros, o que totaliza 30,7 milhões de euros, ou seja, 5,2 milhões desapareceram do passivo e foram pagos ao longo do ano de 2012. Posso-vos dizer que, entre o dia em que receberam esta documentação e hoje, já reduzimos mais 1,1 milhões de euros, esse mesmo passivo. Quando anteriormente disse que não respondia às questões colocadas pelo membro David Coutinho, foi para agora responder aqui, mas também a outros, nas dúvidas que possam ter. -----

-----O problema emergente de uma funcionalidade operacional financeira é entre os recursos e a sua aplicação, e entre os recebimentos e os pagamentos. Em determinada fase do contexto social e económico do País, onde se deve ler famílias, onde se deve ler cidadãos, onde se deve ler empresas, onde se deve ler administração pública e privada, nenhuma destas fugiu àquilo que é uma circunstância extremamente delicada que nós vivemos. Mais grave e mais pontual: é muito bom, são pronúncias e pressupostos de boa gestão, que quando os concursos são lançados, sejam adjudicados pelo mais baixo preço, desde que verificadas outras condições, nomeadamente segurança no trabalho, de competência ou de tecnicidade. ---

-----Mas infelizmente, a grande parte das empresas que muitas vezes recorrem a preços de combate e de competitividade, que era possível há uns anos atrás, com excertos financeiros bancários, com situações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

claras de super hábitos a outros níveis acabaram. Hoje, uma grande parte destas empresas, nem sequer tem capacidade financeira, caso a CM não pague no dia-a-dia, para poder adquirir betuminosos para a obra que está a fazer ou matérias para a construção que estavam a fazer e em determinadas circunstâncias tive o respeito, sobretudo pela diferenciação partidária da gestão deste País, e dei o exemplo e partilhei-o.-----

----- Mas, claramente, fui sempre plausível e sempre verificado que, quando os fundos financeiros europeus deixaram de entrar na mesma razoabilidade temporária para nos financiar, nós tínhamos dificuldade. E isto é um raciocínio simplista, que todos vós pelos anos que já aqui estão, deviam perceber e pensar. Se temos uma estrutura de receita própria, que não passa os 13 milhões de euros, se tem afetação financeira à pessoal, a funcionamento para respeitarmos, quer os princípios das competências quer, sobretudo, nos princípios sociais que sempre mantive e que vou continuar a manter, esses custos, acrescidos da transferência para terceiros, levam todo o orçamento municipal. Então, assim, não há dinheiro para obras. -----

----- A capacidade de ir buscar dinheiro para financiamentos, a capacidade de executar e ter uma leitura de endividamento ainda pressuposta, em alternativas que eram completamente transversais e aqui digo-vos que votaram favoravelmente todas as obras que eu propus, com a exceção do “estigma” do ascensor mecânico, que um dia ainda vão acabar por pensar que fizeram mal. Tudo o resto são somatórios de votações por unanimidade, quer neste, quer nos anteriores mandatos. -----

----- Portanto, a estratégia foi designadamente pautada por uma liderança fortíssima, por uma capacidade de saber o que quer e para onde vai, mas não foi contrariada, com votos contra dos elementos presentes no executivo, a não ser neste caso. -----

----- Considero que é uma desertificação total de ideias e a estratégia é de todos, a estratégia está implementada e desta forma, chegámos a um ponto concreto, sobretudo agora, de pegar, e permita-me que diga que este é o último orçamento plausível de discussão política entre temáticas filosóficas do que queremos e para onde vamos. Porque infelizmente a questão fulcral da Lei dos Compromissos vai tirar todo o poder democrático a qualquer político autarca. -----

----- Os orçamentos são ditados, dentro da leitura que há pouco repercutia. Dado que a Lei das Finanças Locais já existia, mas num sentido mais amplo de alguma abertura e se eu fosse brioso, rigoroso e exaustivo no cumprimento desta Lei, a CM não tinha feito nenhum destes investimentos. No futuro, isto vai ser extremamente cintoso e regulador. Algumas obras estiveram temporariamente com desníveis de execução, porque as verbas dos fundos comunitários não entraram e estas verbas representam 85% da realização das mesmas. -----

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

-----Quero ainda dizer que hoje tive duas boas notícias. Uma delas foi que, finalmente, o PO-Regional permitiu a inscrição a um conjunto de obras, que já estão a ser desenvolvidas, alguns deles com nível de maturidade de quase 90% ou 100%, que vão integrar a componente financiável do PO-Regional.-----

-----O vosso PCM, quer gostem dele ou não, neste Quadro, trouxe para Montemor 30 milhões de euros de financiamento e, em alguns casos, que reporto à vontade, como é o caso de 2010, Montemor foi o município da região centro, com maior valor de potencial co-financiado de todo o PO-Regional.-----

-----Estes 7,4 milhões de euros que já tinha até agora nos projetos que todos conhecemos, foram reforçados com mais 1,7 milhões de euros, com obras que estavam adjudicadas, que estão no Plano de Atividades e que não contam para o ato eleitoral, porque não vai a eleições, mas isso não o incomoda. -----

-----As obras que estão pressupostas e que reforçaram, são os eixos viários da Abrunheira, Verride, Vila Nova da Barca e Caixeira; em janeiro estas obras vão ser lançadas, dado que estas estão adjudicadas; a obra de Quinhendros, Gatões, Seixo e Amieiro; a construção do sintético de Pereira que já começaram e que estará pronto quando as condições climatéricas o permitirem; as obras delicadas do Meco; as obras das Meãs e ficará em *stand by*, porque não foram chumbadas obras para mim tão importantes como estas, que estão a ser reanalisadas e que estão em PAA e que se forem ver têm dotações, para o QREN atual ficar suspenso até ao fim, de pagar indemnizações aos empreiteiros, porque estão contratualizadas. Sobre a recuperação da rua José Augusto Mendes dos Santos, em Pereira, dei indicações de que esta obra, a refazer, vai ter alguns condicionantes que vão ser alterados; o sintético de Montemor e da Ereira; a questão da requalificação da via estruturante de ligação do concelho de Cantanhede/Montemor, por via das Faíscas, até à rotunda dos Gordos.-----

-----Estas obras que acabámos de falar traduzem-se em verbas, que ascendem a 3 milhões de euros. A verba que foi autorizada foram 2 milhões de euros, dos quais receberemos 1,7 milhões de euros, ou seja 9,1 milhões de co-financiamento, no POVT. O concelho de Montemor-o-Velho, até agora assumiu 20,4 milhões de euros de concessão de verbas, dos quais 12,6 milhões de euros por via do CAR e cerca de 9,7 milhões de euros por via do Ciclo Urbano da Água, quer da primeira, quer da segunda fase.-----

-----E voltamos aqui à questão: é eleitoralismo igualar o cidadão que vive em Reveles ou em Montemor? Se o é, o que andaram vocês a fazer durante vinte e tal anos de gestão desta casa?-----

-----Quando cá cheguei encontrei 38% de cobertura de saneamento no município. Quando sair vou deixar 85% de cobertura, em termos de saneamento. E a questão que aqui se coloca, muito claramente neste Ciclo Urbano da Água é que estão neste momento lançados os concursos que vão finalizar a primeira parte, dizendo desde já, e conseqüentemente, o que é que transita para o Quadro seguinte. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

----- Nós vamos fechar, a partir de agora, porque já pagámos, porque já tivemos dinheiro e porque temos outras condições para exigir às proprias empresas, toda a área de recuperação e funcionalidade da ETAR de Verride no Barrão, que vai permitir a seleção de todo o efluente, vindo de Abrunheira, Reveles, de Vila Nova da Barca e da Caixeira e da zona de Verride, que já está infraestruturada. -----

----- O concurso para a 2.ª Fase, que até tinha dito ao PJF que apenas seria feita para o ano, já a fiz ainda este ano e já está aberto; recuperar o Centro Histórico de Verride, com a 2.ª fase do Ciclo Urbano da Água, pressupondo a recuperação arquitetónica, não na forma como existe, mas recuperando as calçadas das ruas antigas de Verride. -----

----- Em relação ao Seixo, Liceia e Gatões, neste momento está tudo preparado para se poder abrir a ETAR. Fechar-se-ão, dentro dos primeiros dias do próximo ano, o que diz respeito a Liceia, num conjunto de equipamentos e de bombas, para poder fazer o lançamento para a Raseira, acrescente algo aqui e que está em concurso, já aberto. Fechei também a freguesia de Montemor, sobretudo naquilo que faltava, na parte do Moinho da Mata e Areal. Em relação ao Areal, a obra vai começar a ser executada, para que depois, com o emissário que vamos construir, possamos drenar tudo o que tem a ver com a parte do Moinho da Mata e do Areal, para a ETAR de Liceia. -----

----- Em Arazede, houve uma divisão em três partes. Pretende recuperar toda a EN335-1 e toda a zona envolvente, entre os Pelichos até à Bunhosa e toda a zona que lhe fica adstrita. Na mesma altura, os emissários do saneamento da zona dos Gordos e do Zambujeiro, para a zona industrial e teremos, numa segunda fase, já no quadro seguinte, o resto de Arazede. -----

----- Em relação à margem esquerda e no que diz respeito a concursos lançados já este ano: Casais Velhos/Pereira, Montes de Formoselha e Santo Varão, para fechar todo aquele circuito. Ficará por fazer, que está bem claro no documento que enviamos, na zona de Tentúgal: Póvoa, Morraça e Ribeiras; parte de Arazede. -----

----- Quero-vos dizer que, estes nove milhões de euros que vieram para ser aplicados no saneamento, implicam obras de cerca de 12,5 milhões de euros, ou seja, a taxa de co-financiamento foi pouco mais que 60%, porque é feita uma análise de custo/benefício entre os emissários questão construídos e o recebimento das taxas que são aplicadas, quer no saneamento, quer no sistema urbano da água. -----

----- Hoje a Câmara recebeu mais cerca de 1,1 milhões de euros, que são imediatamente reencaminhadas para as empresas que, neste momento, estão asfixiadas, não têm neste momento capacidade. E está a falar de empresas de renome, que tinham capacidade há uns anos atrás. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

-----Eu prometo e faço obras. Podem demorar mais tempo, mas as pessoas após começarem a usufruir destas já nem se lembram o que é se passou. Tem que haver lama, tem que haver pó, não tenhamos a menor dúvida. -----

-----O que se passou no Meco, durante alguns meses, tal como outras situações em outros locais, estas vão ser ultrapassadas. É preciso ter uma dinâmica para ter, hoje, 18 milhões de euros de obra na rua.-----

-----Em relação a receitas empoladas ou não receitas empoladas é muito simples: transmiti isto até ao próprio executivo municipal de que, o que está neste orçamento é apenas a função vital, funcional e operacional, acrescido da dívida que existia naquela altura. -----

-----Neste momento, se voltasse a pegar neste orçamento e o apresentasse hoje, este não chegava aos trinta milhões. Mais, este orçamento é igual à dívida. Portanto, para alguns pavões, ou para alguns melindres ou para os que não têm capacidade de ver o que é gestão financeira, se parassem a “casa”, esta num ano pagava tudo.-----

-----A questão, hoje, deste Plano de Atividade e de Orçamento, passa precisamente por uma circunstância de equilíbrio entre as receitas e as despesas que lhe estão adstritas. As áreas vitais de encerramento de um programa de execução de obras, onde a requalificação urbanas, o ciclo urbano da água e o encerrar de projetos ligados, sobretudo a áreas desportivas, vão ter o seu desenlace.-----

-----Mais do que isso, deixam em aberto todo um ciclo novo, de áreas que citou anteriormente, de âmbito social, de âmbito educacional e de outras particulares sensibilidades que está na hora de serem trazidas para “cima da mesa”.-----

-----A resposta sobretudo de algo que aqui foi transmitido por vós e que eu sinto e que partilho convosco: doze ou vinte anos depois, há muito circuito rodoviário do nosso concelho que atingiu o limite da sua maturidade e que tem que ser repostos. Já falou de alguns, na transversalidade, sobretudo da ligação entre a margem esquerda e a margem direita e permita-me que lhe diga, membro Rui Rodrigues, em relação àquela estrada, ali não intervenho, porque essa estrada pertence ao INAG.-----

-----A CMMV está a ter hoje um problema gravíssimo de uma estrada de boas condições, entre a Ponte da Alagoa e a Ponte de Verride cuja gestão ninguém sabe de quem é a responsabilidade, onde já houve vários acidentes, não pela qualidade do piso, mas por aquilo que lá foi feito, por entidades que hoje, metem a cabeça na areia e pedem que seja a CM a fazer. A limpeza das bermas daquela estrada serão desenvolvidas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, para não entrar em áreas que não são afetas a nós.-----

-----Permitam-me uma nota, dentro da perspetiva futura da gestão do município: há um conjunto de instrumentos, de competências e de objetivos, que, cada vez mais, vão ser transversais, dentro do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

território. Quando há pouco foi salientado o trabalho que está a ser desenvolvido para juntar a CIM-BM com a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, essa situação vejo-a com muitas reticências, com muitas dúvidas e, mais concretamente, fico muito preocupado, do ponto de vista político, com a perda, da democracidade autárquica, do perfil daquilo que é o desempenho autárquico, na nossa região e para o qual, neste momento, é muito importante que saibamos estar prevenidos, porque se por um lado, há estas preocupações, por outro lado, não deixa também de haver alguns adjetivos positivos, sobretudo no que diz respeito à gestão transversal, de abastecimento ou de concursos onde numa escala mais alargada podemos obter rácios mais rentabilizadores dos objetivos a que nos propomos. -----

----- Concluindo, pretendo dizer-vos que se voltasse a ser candidato nesta autarquia, não assinava o reequilíbrio financeiro, não assinava o PAEL. Mas dava a cara, perante as pessoas, de que em 2014, no final desse ano, a Câmara não tinha dívida de curto prazo, porque não se esqueçam que o grande objetivo da alteração do reequilíbrio, é transformar um empréstimo de 9 anos, em pelo menos 15 anos e que a diluição temporal e aqui dirijo-me, sobretudo para o Grupo do PS, dizendo-vos que o que pedem que o Governo faça para o País é o que estou a trazer para este concelho e se há alguma incoerência não é do meu lado, porque não sou favorável àquilo que é a gestão financeira que a Troika nos impôs.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, 20 votos a favor (CMS), 6 abstenções (CDU e PJF do PS), 8 votos contra (PS). -----

----- **8.– Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, a contração de Empréstimo(s) de Curto Prazo**

- o membro Fernando Ladeira (PS) pediu a palavra e disse: “Sobre este ponto temos vindo a reparar que ao longo destes três últimos mandatos, o endividamento foi aumentando, até ultrapassou o que a lei permitia de endividamento. Na última AM aprovámos o Plano de Reequilíbrio Financeiro e o PAEL, e agora vamos aprovar um novo empréstimo? Há qualquer coisa aqui de estranho. Após ouvir o PCM a explicar que a CM podia ficar parada porque tinha o suporte, tanto da receita como da despesa, eu não concordo, e vou explicar-lhe porquê. Vê-se que não se enquadra muito neste ponto, mas também se enquadra, porque repare – vivemos uma crise que o Governo nos tem provocado, que já foi iniciada por outros, sem precedentes. Por exemplo a receita que a CM pode vir a auferir através dos cidadãos, nomeadamente o IMI, de certa forma não vai ser a que está prevista, até porque as pessoas já não têm dinheiro sequer para comer. Isto é uma preocupação que acho que devemos ter todos. Apelo à maioria que tenha um sentido responsável naquilo que se aprova, porque estamos a falar de pessoas, de vidas, porque não se pode andar a aprovar tudo e mais alguma coisa, só porque somos da maioria, temos de ter sentido de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

responsabilidade. Ainda há pouco o PCM, que tem uma ideologia diferente da minha e concordo com ele em algumas posições, digo-lhe que na parte financeira, não concordo que a despesa e a receita sejam iguais, porque não é possível. Espero que isso não aconteça, para bem do nosso concelho, porque com mais um empréstimo, mesmo que seja a curto prazo, pelo que votaremos contra.”-----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “A declaração anterior, tentou ser algo empolgada para “mostrar figura”, mas quando se fala da responsabilidade, a primeira é a de cada um de nós de saber o que está a dizer. E, eventualmente, se não se sabe, deve tentar informar-se e não mandar palpites e nesse sentido, mais uma vez refiro que esta situação é recorrente, apenas, para autorizar o executivo municipal, em cada um dos anos, a poder contrair empréstimos de curto prazo. Por isso, voltamos a esclarecer que não se trata mais do que dar a possibilidade ao executivo municipal, que tem essa competência, de contratar empréstimos de curto prazo, nas condições financeiras, que venham a ser mais favoráveis, sendo que, não é mais do que um instrumento de apoio à gestão de tesouraria do município e que têm de ser liquidados no ano económico do exercício em que se encontra. -----

-----Como parece que se trata de uma coisa tão básica de entender onde, qualquer pessoa minimamente informada e interessada, e nesse espírito de responsabilidade por todas as intervenções que fazem, estar perfeitamente ciente, logicamente que o nosso Grupo, e como tem vindo a ser hábito aos longos destes anos, logicamente que embrenhados deste espírito de responsabilidade pelo que se está a fazer, irá autorizar e votar favoravelmente a autorização para o executivo municipal contrair empréstimos de curto prazo, caso venha a ser essa pretensão. Que até pode eventualmente, ao longo do exercício a verificar que não é necessário, mas isso já é uma questão de gestão corrente.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Deixo duas notas prévias: as receitas correntes do município estão sujeitas em proposta orçamental a cumprir regras, não podem ser inventadas. Tem de ser feita uma média dos dois anos anteriores dessas receitas, portanto, o valor que aparece na receita corrente de 2013 é a média de outubro de 2011/2012 e de 2010/2011, o que significa uma salvaguarda de rigor destas verbas. As verbas de capital inscritas, resultam de compromissos formais fixados e assinados, onde as transferências do Estado e as transferências dos Fundos Comunitários têm que estar legitimamente assinadas e salvaguardadas, ou seja, o que fica de fora é a venda de património, que chegou a ter 3, 5 ou 6 milhões de euros e neste exercício tem 600 mil euros. Significa isto que, eventualmente, com a venda do lote 1 que renderá cerca de 300 mil euros, não será por eles que em 30 milhões de euros, este orçamento está empolado. O que está subjacente é a gestão quotidiana das obras, entre a receita e a sua aplicação. Cada vez mais, é importante que qualquer euro que se dê hoje de participação ao associativismo, às JF ou a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

outras entidades, perante o rigor da limitação de receitas próprias equivale a deitar fora 6 euros de investimento, ou seja, 5 euros a ir buscar a uma entidade financiadora de fundos comunitários e é dentro da equação desta matéria que a Lei dos Compromissos é radical. A AM autorizou, por maioria o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro, mas ainda não foi assinado pelo que essa componente financeira ainda não entrou, e é bom que saibam que toda essa redução de passivo foi feita à conta de uma gestão muito mais próxima, entre obra, financiamento e pagamento e as obras de índole totalmente financiadas por capitais próprios, foram altamente reduzidas. E ainda bem que os senhores sentem isso. Onde estão todos os alcatroamentos que antigamente as próprias JF faziam? Esse era dinheiro todo pago diretamente pela CM e esse 1 milhão de euros faziam perder 6 milhões de euros em obra, porque com a comparticipação íamos buscar 5 vezes mais. -----

----- Entenda-se, de uma vez por todas, que esta questão dos empréstimos de curto prazo, como já foi dito e muito bem, é um instrumento financeiro para durante períodos, em que a receita própria não entra, se poder assegurar a gestão. Por exemplo, receberemos a primeira fase do IMI em finais de abril, em média cerca de 1 milhão de euros e, por isso, este ano contraímos, em março, um empréstimo de curto prazo que foi todo pago no mês de novembro. Este expediente serviu de instrumento financeiro e a questão que aqui se põe, é a de saber se nós próprios, neste momento termos a perspetiva de, se calhar esta mesma deliberação, poder ser condicionada e condicionante, quer pela legalização do PAEL, quer do Reequilíbrio Financeiro, e pelo sancionamento do Tribunal de Contas. Enquanto não assinar o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro, não tenho dúvidas que posso ir buscar o empréstimo de curto prazo, se tiver, e já tenho algumas reservas, mas neste momento temos de ter tudo salvaguardado.” -----

----- O membro Fernando Ladeira (PS) pediu a palavra e disse: “Não estou contra o seu trabalho ou a sua gestão, note-se bem, a questão aqui é que a *Troika* também falha, os analistas também falham, e se acreditasse realmente nesse GOP ou na gestão que está a ocorrer e na despesa e receita que colocou nos GOP, se calhar não estava a ter precauções com empréstimos de curto prazo, ainda sem assinar o PAEL e Plano de Reequilíbrio Financeiro, e é bom que se diga, que o alcatroamento das estradas é muito mais importante do que estar a fazer moinhos. Que fique bem claro, porque isto é útil para as pessoas e é delas que estamos a falar e com responsabilidade, pois sei o que digo e tenho conhecimento de causa.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 25 votos a favor (CMS e PJF do PS), 8 votos contra (PS) e 1 abstenção (CDU). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

-----9.- **Apreciar o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Para começar quero dizer que me recordo que há uns tempos atrás, cerca de 12 a 15 anos, se dizia que todos os membros da AM têm à mesma legitimidade e têm direito de opinião. Respeito imenso o PCM, aprendi a respeitá-lo ao longo deste tempo, tenho a maior consideração pessoal e política por ele, mas as pessoas têm direito à sua própria opinião, ao direito de expressá-lo, foi coisa que nos deu a democracia e a liberdade, e portanto isso deve ser garantido. As pessoas devem ser ouvidas, não devem ser desrespeitadas, nem por quem está na Mesa, nem por quem está por detrás, a mandar “bocas”. -----

-----Relativamente a este ponto tenho uma dúvida que, talvez, não devia ter, mas como na OT se fala em apreciação, não sei se é para fazer uma apreciação favorável, desfavorável, com voto ou sem voto. Este é o esclarecimento que pedia à MAM.” -----

-----O PMAM, disse que este ponto é para ser votado. -----

-----Retomou a palavra o membro Albertina Jorge (PS) dizendo: “Assim sendo, devo dizer que, tal como diz o ditado popular “que não bate a bota com a perdigota”, pois quando olhamos para o relatório de acompanhamento é a sensação com que ficamos. É dito uma série de coisas ao longo do relatório e quando chegamos às conclusões, estas estão um bocadinho desfasadas do resto do corpo do relatório. Por isso, discordamos das conclusões relativas a esse relatório e iremos votar desfavoravelmente.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, julgo que os dados técnicos da apreciação da sua execução são suficientemente esclarecedores. Este relatório vem no seguimento dos que têm sido apresentados nos relatórios anteriores e, basicamente, um acompanhamento mais fiel desta situação, também, tem sido sempre veiculado na informação escrita do PCM. Por isso, ao Grupo da CMS, nada há a obstar à aprovação deste relatório.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Apenas três notas, para que se percebam melhor as coisas. Quando comparei os dados de dezembro deste ano com os dados de dezembro do ano passado, agora faço um complemento. Comparo os dados de dezembro deste ano com os dados de setembro da última AM, e aí podem verificar uma redução, não de 5 milhões de euros mas de 3,3 milhões de euros. Depois, era preciso ter em atenção o seguinte: este relatório que diz respeito a agosto/setembro é dirigido à AM, de acordo com a legislação, agora em dezembro. Por outro lado, o próprio autor do documento sabe e conhece os dados de hoje, em que ele tem que reportá-lo para este órgão deliberativo, ou seja, havia determinado tipo de circunstâncias que são constatadas e levantadas, que depois são contrariadas neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

espaço temporal, por motivos que já elenquei anteriormente, e que se prendem fundamentalmente com uma retoma mais temporalizada e ao mesmo tempo mais atempada dos fundos comunitários. Outra questão que é fulcral, que nós devemos ter, é que teoricamente este será o último relatório, se vier a ser assinado o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro, a estrutura e a conjuntura que depois ele implique, fecha totalmente este documento. Ainda há que realçar, que sobretudo, e isso foi uma teimosia minha clara e que continua a ser, porque existem condições, que independentemente da fragilidade económica do país, poderiam levar a que atitudes que muitos de vós consideram extemporâneas e que eram apenas conducentes a uma leitura aparente de redução de défice, como é o caso da venda da ANA ou da venda da TAP, poderia ser utilizada aqui, por mim, ao fim deste 12 anos com o voto unânime dos Grupos do PS e do PSD, por exemplo da venda das águas e do saneamento. E neste momento, não tinha passivo rigorosamente nenhum, nenhuma venda, uma alienação e uma valorização, que me dava, hoje um à-vontade, que com estes 4 milhões de euros, que são apenas os 30%. A água do concelho de Montemor e o ciclo urbano da água valem 16 ou 17 milhões de euros, 40% à cabeça, significa nas minhas contas de matemática 6,7 milhões de euros, se eu devo este ano menos do que 5,9 milhões de euros, eu não precisava das outras coisas, e fá-lo-ia. Essas questões ficarão para quem quiser, sobretudo eu contrariei, isolando numa leitura que apenas foi secundarizada pelo Grupo do PC, naquela altura, para não o fazer e deixar em aberto um potencial de receita plausível para quem o entenda e quem o queira cumprir, que limpa muita coisa no futuro.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor (CMS), 6 abstenções (PJF do PS e CDU) e 8 votos contra (PS).-----

----- **10.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho - Candidatura ao Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado (RAAFE), na modalidade de acordo tripartido quadrienal - Direção Geral das Artes** - O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “O CITEC é uma das instituições com maior tradição e relevo em termos da promoção de artes, nomeadamente do teatro existente no nosso concelho. Efetivamente tem-se mantido ao longo da sua história, comemora, agora, os seus 40 anos, e tem assinalado esse facto com algumas iniciativas, estimuladas também por uma pessoa que, muito tem feito pela cultura deste concelho, que é o Dr. Deolindo Pessoa, que inclusivamente, escreveu um livro sobre a história do CITEC, e que em bom tempo, tem regressado às suas origens para contribuir dentro da sua disponibilidade, para a estimulação e difusão da cultura e do teatro. Neste desafio, que no fundo acabou por ser uma iniciativa deles próprios,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

lançaram o desafio ao município e à Direção Geral das Artes (DGA) para este acordo tripartido quadrienal, julgo será de bom tom, pelo menos da parte do nosso Grupo, que irá contribuir com a aprovação deste acordo e desta candidatura, ao regime de atribuição dos apoios financeiros do estado. Fazemos votos que o CITEC ao longo destes anos a que se reporta esta candidatura, saiba ter bom uso na aplicação destes fundos, e deste projeto a que se compromete, porque no fundo esse seu sucesso poderá ser importante para Montemor e para a sua tradição, em termos do teatro e da sua difusão e promoção.” -----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “O CITEC merece-nos todo o respeito, seria impensável votar contra esta proposta, mas o voto a favor para nós tem um *handicap*, é que os montantes efetivamente são elevadíssimos e condicionam para os próximos anos e já para o próximo mandato. Pergunto como seria se qualquer outra instituição do concelho, com os mesmos direitos do CITEC, precisasse de um apoio, onde se iria buscar o dinheiro? Estamos a onerar a CM e não é que ela não possa ser onerada para questões culturais, pode e deve. O CITEC deve e merece isso, mas temos de olhar para os valores que estão envolvidos, os que são envolvidos nas outras associações e instituições, e para os 4 anos que isto envolve. Nesse sentido não podendo votar contra, mas não iremos votar favoravelmente.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “O que está aqui em causa e para quem perceba destas áreas culturais e sobretudo, articulação de protocolos com a DGA ou com a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), é que as diferentes entidades semi-profissionais, ligadas a estas áreas, têm uma preocupação de estabelecer, de acordo com a legislação em vigor, protocolos alargados com outras componentes, que em termos do território onde dizem respeito, partilhem o desiderato do desenvolvimento da cultura, sejam os municípios, sejam as fundações ou o que quer que seja. Dentro dessa área estes protocolos podem ser celebrados por dois ou por quatro anos e devem envolver uma leitura que no contexto desta proposta evidencie, aonde, de que forma e em que proporção a estratégia clara dessa mesma estrutura, partilha ou é partilhada para objetivos concretos de dinamização turística e cultural. -----

-----Depois deste preâmbulo, que pode parecer um pouco confuso em termos do léxico, vamos ser claros – mesmo que não existisse o CITEC, nós temos o projeto que está neste momento preparado para se poder lançar em 2013, em termos do nosso PAA, que se chama “Rede de Economias Criativas”, que tem entre outras a criação de uma residência artística que é partilhada, com a residência dos desportistas que vivem em Montemor, sejam eles do triatlo, da natação, da canoagem ou do remo, que também já têm residência em Montemor. Portanto, as infra-estruturas que vamos criar para albergar criativos em áreas performativas ou tecnológicas, entre outras, vão partilhar a hipótese de quando há o festival do teatro, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

havendo uma residência artística, que alguns desses potenciais fiquem ali alojados. Isto passa a ser faturado ao município. -----

----- Outro exemplo, e é precisamente aqui que nós temos que começar a igualar o tratamento associativo do concelho. O CITEC até hoje ocupa um estabelecimento do município, cuja decisão não foi minha, porque herdei esta situação assim e ela passou a ser tributada financeiramente. Quando eles lá estão, estão a ser participados de uma forma indireta por custos que nós legitimámos de X , e portanto não temos de dar mais Y . E pegando também num conjunto de serviços que nós hoje, e que a líder do Grupo do PS também conhece, que são feitos em termos de pré-escolar, por dinâmicas de atividade artística que são desenvolvidos pela própria Biblioteca Municipal, onde nós recorremos aos serviços deles. Quando as AEC foram transferidas e alargámos ao pré-escolar, e frise-se isto, é desenvolvido por eles. E é este retrato que está aqui sintetizado, portanto, há coisas que eu nunca transferiria para lá. E outras questões, mais plausíveis e mais delicadas, que estou à vontade para dar a cara, os próprios festivais que estavam a ser comprovadamente responsabilizados no Município por uma transferência de 40 mil euros, herdada no mandato de Manuel Maria Carrilho, são reduzidos a 25 mil, ou seja, tem um corte de 40% e isto é o que vai ser efetivamente transferido. -----

----- Portanto, a leitura preocupante que tiveram, hoje dou o braço a torcer, que eu próprio a tive quando li a ata e tive oportunidade de o dizer aos senhores vereadores. Tenho inclusivamente um documento que irei mandar para a SEC que diz concretamente, que o apoio financeiro ao CITEMOR e ao Teatro Esther de Carvalho, são 25 mil euros por ano, durante 4 anos. E porquê quatro anos e não dois? Essa questão foi abordada no executivo municipal e será por uma questão de maior segurança de financiamento por parte das entidades. Estamos a falar do ACERT, do CITEC, da Comuna, de diversas instituições a nível nacional que se vão deparar com esta questão. O apoio logístico neste período, diz respeito à cedência das instalações que passam a ser faturadas, para transparências do processo. -----

----- Simplesmente, se eles já o tinham de alturas anteriores, neste momento posso dizer que, devido ao estado de degradação em que estava o antigo quartel da GNR, quer o CITEC, quer a Federação Portuguesa de Remo, vão passar a utilizar até à execução deste projeto, o antigo imóvel dos Nunes, comprado pelo município, para ali se instalarem e isto custa dinheiro. Até agora, alguém se preocupou, para ter a coragem de dizer aqui, como eu já o disse numa altura, que quando fizesse o sintético de Montemor, que este era para o Clube, não era para a CM continuar a pagar a luz, porque os outros também pagam, como o Águias, o Carapinheirense, entre outros. Temos de ter verticalidade e saber o que dizemos, e quando chega o momento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20

-----Não houve alteração nenhuma, o que valorizei claramente e assumo, foi aquilo que era até hoje uma partilha, que passa a saber que essas verbas já lhe eram destinadas. Em termos financeiros saem 25 mil euros por ano, para os objetivos claros que eram pressupostos. E posso dizer à vontade, com frontalidade e reconhecendo o valor intrínseco daquilo que é uma instituição, que se não tivermos coragem de o dizer, tem que mostrar a partir daqui que tem de ter um papel diferenciado na animação cultural do Teatro Esther de Carvalho, tem de ter uma dinâmica diferenciada, para que eu não tenha de negociar com o “Teatrão”, porque temos aqui recursos, como é demonstrado pelo Centro Beira Mondego, pela Casa do Povo de Abrunheira, pela Associação da Portela e outras.”-----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Após ouvir o PCM, a minha dúvida em relação a este documento mantém-se. Apenas um esclarecimento, esta tabela engloba um valor de quase 700 mil euros, a questão que queria ver esclarecida, é que o apoio direto da Câmara Municipal ao CITEMOR, funde-se aos 25 mil euros por ano? Como se confirma, que são os 25 mil euros, considero esclarecida a minha dúvida.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 21 votos a favor (CMS e CDU) e 13 abstenções (PS).-----

-----**11.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento de Bolsas de Estudo** - o membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “ O Regulamento das Bolsas de Estudo (RBS) no nosso entendimento deve ser sempre um documento dinâmico, uma vez que de ano para ano vão sendo detetadas algumas coisas, que poderiam ser melhoradas e as constantes atualizações têm vindo um pouco nesse sentido. Mas o que está em causa, é o próprio princípio do documento e aquilo que lhe dá origem, e logicamente que, premiar o mérito dos estudantes do concelho, que se destacam pelo seu desempenho escolar e dar hipótese a estudantes com carências económicas e financeiras, para que possam frequentar o seu estudo, é salutar e de reforçar. Por isso, o Grupo da CMS está firmemente convicto na aprovação deste regulamento.”-----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Não é do espírito natalício, mas acho que é das poucas vezes, senão a primeira, em que estou de acordo com o líder de Grupo da maioria. Concordo em tudo o que disse, e está dentro do espírito do que eu iria dizer. Acho que premiar o mérito é fundamental e importante, mas ainda mais importante nos tempos que correm, é permitir a quem quer estudar, poder fazê-lo. E é aí, através da bolsas de estudo, que não chega mas é uma ajuda essencial que acho que, todos nós temos de concordar, neste caso, e se reparei bem, também de realçar o facto de os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

munícipes residentes e autóctones, de Montemor, desta vez estarem numa situação privilegiada, ou pelo menos, não estarem numa situação de desigualdade, o que por vezes acontecia com quem vinha de fora. E nos tempos que correm, de fato, acho que precisamos, não dando aos de estão de fora, deixando os nossos para trás. Por isso, logicamente que somos favoráveis a este regulamento.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Apenas queria salientar, e porque isso já foi aqui abordado várias vezes, de que esta é apenas uma das tónicas daquilo que há bocado, na minha intervenção sobre as GOP, e pela primeira vez, se repararem há um mapa comparativo entre o PPI e as GOP, porque há um conjunto de iniciativas, que não vão ao PPI, aqui vai praticamente um imobilizado e algumas despesas que são afins. Já nas GOP para além do imobilizado, temos outras despesas de capital, despesas financeiras e também aquelas que são iniciativas próprias do município e que na área social para o próximo ano têm um pacote altíssimo. Recordo, no caso concreto da infância e da juventude, que para além das bolsas de estudo e dos auxílios económicos, existe o banco municipal de manuais escolares, a colónia de férias, a componente de apoio à família e o serviço de refeições aos alunos do ensino pré-escolar, dos alunos do 1º CEB e do ensino básico. E tem sido controlado todo o sistema para que hoje nas nossas escolas e no nosso agrupamento, não se permita que haja alunos a passar fome. Essa circunstância, claramente que tem nos interlocutores, que são os PJ, alguém com virtualismo e com pragmatismo que saúdo, para dar também apoio direto às famílias, através das campanhas de recolha de bens alimentares. Este ano, fizemos 3 ou 4 campanhas, e distribuímos recentemente um conjunto alargado de produtos, incluídos, no programa de apoio alimentar a carenciados, nos cabazes sociais de natal, nas cantinas sociais. -----

----- Hoje, existem, três estruturas apetrechadas para que possam servir refeições a pessoas que estejam com problemas alimentares e de serviço de apoio social e que são a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho, a Santa Casa da Misericórdia de Pereira e o Centro Social Paroquial de Arazede. Procurámos, com estas 3 entidades e em acordo com a Segurança Social garantir apoio e atenção, porque há muita gente que pode estar com problemas, mas que eticamente e humildemente têm vergonha, e temos que dar a mão a estas pessoas. Faço um repto, às outras freguesias para que usufruam deste acordo porque os montantes que estão atribuídos não vão ser aumentados, mas por exemplo, se numa destas estruturas que pode fornecer por dia 65 refeições e não o fizer podem recorrer a elas, mas quero acreditar que não é preciso. O Centro Social Paroquial das Meãs, em Tentúgal ou em Pereira podem satisfazer bem aquelas prerrogativas, a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho abrange esta zona mais central, mas existem zonas mais periféricas, que pensa que podem articular com estas que estão autorizadas, para poderem ser servidoras deste serviço. Não vamos aumentar a despesa, simplesmente nalguns dos sítios, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

despesa que está caucionada não é paga porque não há utentes. Assim, nesta matéria gostava de divulgar e de chamar a atenção aos PJF e a outras entidades, e nesse campo o nosso concelho é muito rico em IPSS para que possam acordar com aquelas que já têm estes acordos formalizados para poder subdividir ofertas que são importantes. -----

-----Para além disto, vamos ter também: uma horta social, já desenvolvida na sede do concelho, cuja área de intervenção vai ficar próxima do Centro Equestre de Montemor, lojas sociais que já estão espalhadas por três ou quatro pontos do concelho, a tarifa social e a tarifa especial familiar que já existe hoje, quer para a água, quer para o saneamento, quer para pessoas com carência, quer para as famílias mais numerosas, e nessa matéria espero no próximo ano, apresentar algumas sugestões dentro desta área familiar, que puxe novamente algo de que o concelho de Montemor não se pode queixar na última década, que foi dos poucos que cresceu habitacionalmente, mas há que incrementar a produção própria. Uma coisa é terem vindo de fora, outra coisa é nos começarmos a desenvolver mais esta área. -----

----- Estão a desenvolver-se apoios a eventuais famílias em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente, na área da saúde e bens essenciais, o que também é uma novidade, mas que tem de ter critérios muito rigorosos para que não haja situações de adulteração deste objetivo, mas vamos ter também uma sensibilidade, sobretudo na área da saúde para podermos financiar apoio àqueles que mais precisam e que não têm capacidade para comprar medicamentos. Na área dos idosos, a implantação do Programa de Teleassistência a dependentes, e identificação e acompanhamento dos casos de idosos com maior isolamento, neste caso concreto nós vamos ter os primeiros 30 a 35 casos no nosso concelho, sobretudo onde este trabalho não é só na área social da Câmara, é feito em parceria com a GNR e com outros agentes ligados à área social, para podermos acompanhar os mais delicadamente isolados, para que não se repitam ou não aconteçam situações que vemos muitas vezes, que acontecem em zonas urbanas, mas também não podemos esquecer que na nossa zona rural, muitas vezes a própria cultura da cidadania leva a que pensem que essa sua autonomia, está resguardada, e independentemente do nível etário ou das qualidades familiares que lhe estão próximas.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**12. Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2013** - a pedido do PCM, o Chefe de Divisão disse: “O que se pretende com este ponto é, basicamente, uma solução idêntica à que foi preconizada para o corrente ano, em junho, ou seja, que a AM autorize genericamente a dispensa de autorização prévia para compromissos plurianuais, dentro dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, dezembro, 20***

parâmetros que estão definidos, nomeadamente, aquando das despesas em planos plurianuais normalmente aprovados ou os encargos não excedam os cem mil euros, em cada um dos anos económicos, e no máximo só pode ir até três anos.” -----

----- O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Por uma questão de princípio, este pedido faz-me lembrar uma coisa que digo sempre aos meus clientes para não fazerem, que é passar cheques em branco. Por vezes em “casa de ferreiro, espeto de pau”, e de vez em quando sou eu que digo para não o fazer e acabo por abrir precedentes, não em cheques propriamente, mas em comparação. Mas também se vai aprendendo. E o que nos é proposto, faz-me lembrar de facto um cheque em branco, e não passamos cheques nestas condições a ninguém. Há competências da AM, das quais não abduco e por isso iremos votar contra este ponto.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Tal como nos pronunciámos em junho, e considerando que existe enquadramento legal para este procedimento que está a ser proposto, e já tivemos essa experiência na AM no início do ano, o proposto pode ser facilitador de processo de gestão corrente. Como da nossa parte há confiança nas decisões do executivo municipal, logicamente que iremos votar favoravelmente.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, 20 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS) e 1 abstenção (CDU). -----

----- Após esta intervenção, o PMAM deu por encerrada a Sessão às 19,30 horas e, para constar, se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada vai ser, devidamente, assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo

(Texto escrito com base no novo acordo ortográfico)